

A INSERÇÃO DO DEBATE FEMINISTA NA TEORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS: INOVAÇÕES E PERSPECTIVAS YNDIRA COELHO SOARES¹; LUCIANA MARIA DE ARAGÃO BALLESTRIN²;

¹ Universidade Federal de Pelotas – yndiracsoares@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas – luballestra@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A presente proposta visa investigar as singularidades trazidas pelo aporte feminista na Teoria de Relações Internacionais (RIs), derivada de um levantamento empírico sobre artigos científicos nacionais da área, no qual constatou-se uma ausência desse debate na academia brasileira das RIs. Partindo de uma breve análise sobre as obras canônicas que deram precursão ao debate, este trabalho pretende verificar as inovações e as perspectivas apresentadas pelas teóricas feministas na disciplina de Relações Internacionais, a partir dos anos 1990.

A introdução da discussão feminista sobre o campo *mainstream* das RIs começou no final da década de 1980 em conferências e *workshops* em cidades como Londres, Los Angeles e Boston (SYLVESTER, 2004). Segundo WIBBEN (2004), a chegada das perspectivas feministas aconteceu relativamente tarde e pautou-se no destaque do gênero como uma variável de violência.

A teoria feminista frequentemente está inserida dentro da crítica do Terceiro Debate das Relações Internacionais (TICKNER, 1997). Este foi caracterizado pela ruptura com as formas anteriores de conhecimento que eram orientadas pelo Liberalismo e o Realismo, correntes positivistas que afirmavam a anarquia do Sistema Internacional e a soberania dos Estados (MONTE, 2013). O Terceiro Debate, portanto, propôs o compromisso com o pluralismo epistemológico e as sensibilidades ontológicas (TICKNER, 1997).

As teóricas feministas procuram explicar as desigualdades nas relações entre os gêneros, partindo do pressuposto que, por mais que a disciplina de Relações Internacionais se auto afirme como neutra, as suas narrativas são ilustradas através das experiências do homem (TICKNER, 1992). A proposta feminista almeja não só a superação da opressão feminina, como também anseia pela construção de uma ordem internacional onde não haja hierarquias de gênero, classe ou raça (MONTE, 2013).

Três trabalhos deram base substancial para que a Teoria Feminista em Relações Internacionais fosse construída de forma consistente: *Women and War* (1987) de Jean Bethke Elshtain; *Bananas, Beaches and Bases* (1989) de Cynthia Enloe; e, *Gender in International Relations* (1992) de J. Ann Tickner. Após os trabalhos publicados por essas autoras, uma "onda" de trabalhos emergiu dos lugares mais imprevisíveis possíveis. (SYLVESTER, 2004).

A justificativa teórica e social da pesquisa encontra-se no fato de que os aportes da Teoria Feminista, apesar de terem se ampliado, ainda se situam às margens das Relações Internacionais. Dessa maneira, pretende-se, com a presente pesquisa, dar uma maior visibilidade ao (sub) campo e, com isso, tornar o debate acerca da disciplina mais enriquecedor e crítico. Para tanto, fez-se necessário o uso de dados secundários como livros, resenhas e artigos de periódicos nacionais e internacionais.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para identificar as inovações nas abordagens do feminismo nas Relações Internacionais deu-se através do método qualitativo de cunho exploratório, visto que a pesquisa se caracteriza por uma revisão bibliográfica sobre escritos – majoritariamente encontrados em língua inglesa – já publicados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira publicação que deu início a uma série de publicações sobre o tema foi o livro *Women and War*, nele, Elshtain analisa a guerra juxtapondo perspectivas convencionais e não-convencionais sobre o que é feito, dito e reivindicado na guerra (ELSTHAIN, apud Sylvester). A autora mostra que no discurso Ocidental sobre guerra, as mulheres são as representações sociais da pureza e da virtude enquanto os homens estão de prontidão para guerriar por causas justas, fato este que não corresponde à realidade. Ademais, mostra como a violência masculina tem sido conduzida através das insituições associadas à guerra.

Já no trabalho de Cynthia Enloe – *Bananas, Beaches and Bases* de 1989 –, a autora investiga a relação das mulheres com o poder no mundo, citando não somente as mulheres do campo das Ris como também Pocahontas, Carmen Miranda e mulheres comuns. Para Enloe, a elite política masculina, e algumas poucas mulheres, é que determinam o destino das nações e, que as relações feitas por esses governantes se dão através do controle das mulheres como símbolos. Sylvester (2004) aponta que diferentemente de Elshtain, Enloe não está preocupada em dar voz as preocupações masculinas. De fato, Enloe instiga à abertura de um campo de investigação na política internacional que interroga onde e quem são as mulheres que dela participam diariamente.

A terceira, e última, publicação que deu raiz ao campo do feminismo no debate das Relações Internacionais foi *Gender in International Relations* escrito em 1992 por Tickner. Seu trabalho identificou as hierarquias de gênero, mostrando que os nossos conhecimentos sobre a política internacional são formados pelas experiências masculinas. Tickner aponta que a masculinidade e a política têm uma relação estreita, de modo em que as características que são vinculadas com o masculino – virilidade, tenacidade, coragem, poder e independência – são extremamente valorizadas para gerir a política, especialmente a internacional. Dado isto, a política externa e militar tem sido administrada por homens e, portanto, a disciplina que estuda e investiga o assunto acaba sendo um reflexo das experiências masculinas. Em suma, a autora revela que o Estado se comporta como o homem, a “masculinidade” hegemônica é mensurada através do poder e da sua capacidade de autonomia.

A partir dessas três obras apresentadas acima, o aporte feminista cresceu e se ramificou, trazendo consigo divergências epistemológicas. MONTE (2013) elenca as principais linhas teóricas do feminismo em Relações Internacionais bem como suas características. A primeira a ser abordada é a Teoria Feminista Liberal que especifica que a principal opressão sofrida pelas mulheres está relacionada às barreiras legais do Estado – as teóricas que compartilham desse pensamento –, acreditam que a teoria *mainstream* não precisa ser tão duramente criticada.

Já a feministas radicais acreditam que o patriarcado é um sistema de opressão que age através das instituições da sociedade, essa linha de teoria considera que as mulheres devem estar livres das normas masculinistas e heteronormativas. O terceiro, o feminismo socialista, considera a diferença material dos homens sobre as mulheres como sendo a fonte da opressão feminina.

A autora chama atenção, ainda, para uma terceira onda feminista que inscreve os debates pós-coloniais, pós-estruturais e pós-modernos. O surgimento dessa discussão se deu devido ao questionamento se há, de fato, uma fonte constante que determine a causa da opressão das mulheres.

As feministas pós-coloniais realçam as opressões sofridas pelas mulheres do Sul Global, onde ocorrem os agravantes estruturais do colonialismo/imperialismo, racismo e capitalismo. Já a corrente feminista pós-moderna acredita que os indivíduos são complexos e subjetivos, e que categorizá-los de forma homogênea, delimitaria a sua identidade.

Apesar das diferenças das correntes feministas nas Relações Internacionais, há uma direção comum: o desejo de tornar a disciplina mais igualitária, em termos de gênero. Desse modo, as teóricas revelam as limitações masculinistas das abordagens mainstream que perpetuam uma visão parcial do mundo. A, argumentarem que as mulheres e o gênero são cruciais para a disciplina, as estudiosas feministas precisaram abordar os principais conceitos das Relações Internacionais: a guerra, a segurança, soberania, o Estado e a globalização (YOUNGS, 2004).

4. CONCLUSÕES

Pretendeu-se esboçar de forma geral a inserção da Teoria Feminista na disciplina de Relações Internacionais. Mostrou-se que a entrada da discussão acerca do gênero se iniciou tardiamente, no final da década de 1980 e no começo da década de 90, com três publicações que serviram como subsídio para o desenvolvimento do estudo feminista.

O feminismo pode ofertar a compreensão para as hierarquias de gênero presentes na teoria e na prática do mundo político. As teóricas feministas utilizam múltiplas abordagens que proveem de diversas disciplinas, paradigmas e tradições, esses métodos originais nos permite conhecimentos singulares. (Ibid.).

Contudo, apesar das inovações trazidas, percebemos que ainda hoje os aportes feministas teorizados continuam marginalizados dentro das Relações Internacionais. Não basta somente adicionar mulheres dentro dessa estrutura tradicional *mainstream*, faz-se necessário a adaptação do campo para que comporte conceitos que são ignorados pela disciplina, que, segundo Sylvester (2004), só seria possível quando dialogarmos vis-à-vis com a filosofia, antropologia, literatura, estudos culturais, estudos pós-colonais, entre outros.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ENLOE, Cynthia. **Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics**. California: University of California Press, 1990.

ENLOE, Cynthia. **The Curious Feminist**. California: University of California Press, 2004.

MONTE, Izadora Xavier do. **O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais**. Revista de Estudos Feministas, vol.21 no.1, pag. 59-80, 2013.

SYLVESTER, Christine. **Feminist International Relations: An Unfinished Journey**. Cambridge: Cambridge University Press and the British International Studies Association, 2004.

TICKNER, J. Ann. **Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security**. Nova York: Columbia University Press, 1992.

TICKNER, J. Ann. **You Just Don't Understand: Troubled Engagements Between Feminists and IR Theorists**. Issue International Studies Quarterly, Volume 41, edição nº 4, pag. 611–632, 1997.

WIBBEN, Annick T.R. **Feminist International Relations: Old Debates and New Directions**. Brown Journal of World Affairs, volume X, edição nº 2, 2004.

YOUNGS, Gillian. **Feminist International Relations: a contradiction in terms? Or: why women and gender are essential to understanding the world 'we' live in**. International Affairs, nº 80, volume 1, pag. 75-87, 2004